



18 DE DEZEMBRO DE 2018

Terça-feira

- PAULO GUEDES REVISARÁ O SISTEMA S
- 'TEM QUE METER A FACA NO SISTEMA S', AFIRMA FUTURO MINISTRO DA ECONOMIA
- CINTRA DIZ QUE CORTE DE RECURSOS DO SISTEMA S VAI COMEÇAR IMEDIATAMENTE
- INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
- CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO AUMENTA É A MAIOR DESDE JUNHO DE 2010, DIZ CNI
- ICEI - ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL
- POLÍTICAS INDUSTRIAL E COMERCIAL DEVEM CAMINHAR JUNTAS, DIZ DIRETOR DA CNI
- POLÍTICA INDUSTRIAL DEVE SER MENOR E FINANCIADA COM FUNDOS SETORIAIS, DIZ MANSUETO
- PESQUISA DA CNI MOSTRA EMPRESÁRIO MAIS OTIMISTA NESTE FIM DE ANO
- INDÚSTRIA ESTÁ OTIMISTA COM REMOÇÃO DE ANTIGOS ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL, DIZ PRESIDENTE DA CNI
- INDÚSTRIA SERÁ PARCEIRA SEMPRE QUE OBJETIVO FOR DESTRAVAR ECONOMIA, DIZ CNI
- EMPRESA DE CRÉDITO EXCLUSIVO PARA OS PEQUENOS NEGÓCIOS DEVE SAIR EM 2019
- B3 OBSERVA A PREPARAÇÃO DE 20 A 30 EMPRESAS PARA ABRIR CAPITAL EM 2019
- ABERTURA PRECISA DE ARTICULAÇÃO COM SETOR PRIVADO LOCAL E PAÍSES PARCEIROS
- ESTUDO LIDERADO POR MEMBROS DA EQUIPE DE BOLSONARO PROPÕE FIM DO SIMPLES
- "COMO FUNCIONA A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS PARA OS EMPREGADOS PARA SINDICATOS, UNIÃO CONTRÁRIA A LEI DAS S.A.S
- BRASIL CAI PARA 95º EM RANKING DE DESIGUALDADE DE GÊNERO DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

- BRASIL DEVE LIDERAR RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA, DIZ EXECUTIVO DO UBS
- MANSUETO REAFIRMA NECESSIDADE DE DEBATE PARA APROVAÇÃO DE REFORMAS
- É PRECISO RESOLVER PREVIDÊNCIA ATUAL ANTES DE MUDAR PARA CAPITALIZAÇÃO, DIZ PAULO GUEDES
- REFORMA DA PREVIDÊNCIA É O QUE ESTÁ FALTANDO PARA ESTIMULAR A CONFIANÇA, DIZ ITAÚ
- 'FATIAZ PREVIDÊNCIA PODE DISSIPAR PRESSÃO', DIZ CONSULTOR DO SENADO
- BRASIL HOJE ESTÁ NUMA FASE DE TRANSFORMAÇÃO, ESTÁ SE 'REDESENHANDO', DIZ GUEDES
- IGP-M RECUA 1,15% NA 2ª PRÉVIA DE DEZEMBRO COM QUEDA DOS PREÇOS NO VAREJO E ATACADO, DIZ FGV
- BC INDICA INFLAÇÃO CONFORTÁVEL E ASSIMETRIA MENOS INTENSA EM BALANÇO DE RISCOS, SEGUNDO ATA DO COPOM
- DÓLAR CAI COM INTERVENÇÃO DO BC E FECHA ABAIXO DE R\$ 3,90; BOLSA TAMBÉM RECUA
- IPC-FIPE SOBE 0,05% NA 2ª QUADRISSEMANA DE DEZEMBRO
- ATA: PROJEÇÃO PARA IPCA 2019 NO CENÁRIO DE MERCADO É DE 3,9%, COMO NO COMUNICADO
- IGP-M RECUA 1,15% NA 2ª PRÉVIA DE DEZEMBRO COM QUEDA DOS PREÇOS NO VAREJO E ATACADO, DIZ FGV
- JUSTIÇA RETIRA CNH E PASSAPORTE DE DEVEDOR PARA FORÇÁ-LO A QUITAR PAGAMENTO
- Hyundai vai investir US\$ 6,7 bilhões em célula de combustível
- CONSÓRCIOS CRESCEM 8% COM 1,8 MILHÃO DE NOVAS COTAS

CÂMBIO EM 18/12/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,899	3,899
Euro	4,430	4,433

Fonte: BACEN

Paulo Guedes revisará o Sistema S

18/12/2018 – Fonte: DCI (publicado em 17-12-2018)

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou que pretende mexer no Sistema S, e defendeu "meter a faca" na fonte bilionária de financiamento aos serviços de treinamento, cultura e lazer mantidos por federações e confederações patronais.

A fala do futuro ministro a uma plateia formada por empresários e executivos ligados a indústria causou frisson e burburinho na plateia de aproximadamente 400 pessoas, ao sugerir que poderia cortar ao menos 30 por cento dos recursos do Sistema S, mas admitindo que o percentual poderia chegar a 50%.

"Como você pode falar em cortar isso e aquilo e não cortar o Sistema S? Tem que meter a faca no Sistema S também. Vocês estão achando que a CUT perde o sindicato e aqui fica tudo igual... Acho que tem que cortar pouco para não doer muito", disse ele.

"Ouvi dizer até que financia a reforma política, não sei se é verdade", disse o economista durante evento na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, que é parte do Sistema S.

Todos os anos, a Receita Federal repassa bilhões de reais para o financiamento dos serviços sociais e de treinamento profissional mantidos pelas confederações nacionais da indústria, do comércio, dos transportes, da agricultura e para a Organização das Cooperativas do Brasil. Em 2017, o valor superou R\$ 16 bilhões.

Reforma da Previdência

Durante o evento, realizado na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, Guedes disse ainda que o atual regime de Previdência, de repartição, é uma "bomba", mas ressaltou que antes de fazer o trânsito para o regime de capitalização é necessário "acertar o modelo que está aí". Guedes afirmou que as prioridades no governo do presidente eleito Jair Bolsonaro serão privatizações e a reforma da Previdência.

O economista voltou a citar o sistema chileno de capitalização na Previdência como inspiração para a reforma do setor no futuro governo.

O futuro ministro criticou o modelo atual, que se mostrou esgotado antes mesmo de um maior envelhecimento da população. "Tem esse avião antigo que é essa Previdência que já quebrou financeiramente a população antes dela envelhecer. Então, defendi abertamente que o primeiro passo seria tentar botar esse avião para voar de novo por pelo menos três ou quatro mandatos antes de descer outra vez por que ela está... condenada", disse.

"Qualquer sistema de repartição tem uma bomba demográfica e essa ainda tem defeitos maiores", disse o futuro ministro da economia.

'Tem que meter a faca no Sistema S', afirma futuro ministro da economia

18/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 17-12-2018)

Aos empresários, Guedes disse que todos têm que dar sua contribuição para o ajuste fiscal

Em discurso na Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu cortes no orçamento do Sistema S, conjunto de organizações focadas em treinamento que é gerida por federações de indústria, comércio e transportes, entre outros.

"Como é que você pode cortar isso, cortar aquilo e não cortar o Sistema S? Tem que meter a faca no sistema S também", afirmou em seu discurso, proferido durante almoço com empresários fluminenses.



Paulo Guedes durante almoço na Firjan, nesta segunda-feira (17), no Rio de Janeiro - Sergio Moraes/Reuters

Diante do espanto da plateia, emendou uma brincadeira: "Vocês estão achando que a CUT [Central Única dos Trabalhadores] perde sindicatos e aqui fica tudo igual, o almoço é bom desse jeito, ninguém contribui?", disse, desta vez recebendo aplausos.

Ele referia-se às mudanças provocadas pela reforma trabalhista de 2017, que puseram fim ao imposto obrigatório pago por trabalhadores e geraram perda de receita para as maiores centrais sindicais do país.

Aos empresários, Guedes disse que todos têm que dar sua contribuição para o ajuste fiscal.

"A gente tem que cortar pouco para não doer muito. Se chegarem uns interlocutores inteligentes, preparados, que queiram construir, como o Eduardo Eugênio [Gouveia Vieira, presidente da Firjan], a gente corta 30%. Se não tiver, é 50%", afirmou.

O presidente da Firjan, que havia defendido antes do discurso ideias do governo eleito, como a abertura econômica, disse depois que a entidade já tem um grupo de trabalho para apresentar proposta de reforma do Sistema S.

Guedes voltou a defender abertura da economia e criticar a postura supostamente protecionista de setores da indústria brasileira, dizendo que ficam "entricheiradas" tentando impedir a chegada de concorrentes. "Abrir a economia sempre foi uma alavanca de desenvolvimento", afirmou.

Cintra diz que corte de recursos do Sistema S vai começar imediatamente

18/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 17-12-2018)

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, determinou à equipe uma meta de corte de 50% dos recursos do Sistema S, informou ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, o economista Marcos Cintra, que vai comandar a secretaria especial da Receita Federal. Segundo ele, o processo será gradual, mas vai começar "imediatamente".

"Muito do que o Sistema S faz pode ser feito pelo mercado de forma competitiva. Preservaremos as atividades com características de bens públicos", disse. O resto das atividades, como capacitação, o mercado atende bem, afirmou Cintra.

O futuro secretário avaliou que "tudo está aberto à reavaliação pelo futuro governo. "O presidente Jair Bolsonaro representa renovação. E o ministro Paulo Guedes será o instrumento desse processo", ressaltou.

Segundo Cintra, o futuro governo no Sistema S vai desonerar a folha de salários das empresas para estimular empregos. "Nossa prioridade", afirmou.

Reforma Tributária

Focado na elaboração da proposta de Reforma Tributária, Cintra disse que há muitos pontos em comum no projeto do deputado Luiz Carlos Haully (aprovado em comissão especial na Câmara na semana passada) que podem ser aproveitados no futuro.

“Estou trabalhando intensamente no projeto do governo. O projeto aprovado na Câmara tem diferenças com o que pensamos. Lá na frente poderemos convergir em vários pontos”, explicou.

Para ele, a crescente judicialização do sistema tributário, como ocorre com o PIS/Cofins, é fruto de sua complexidade e burocracia.

O futuro secretário informou que a primeira tarefa do governo é tornar o sistema que existe mais funcional enquanto se discute e aprova a Reforma Tributária.

“Vamos trabalhar nestas duas frentes simultaneamente”, disse ele, ressaltando que no curto prazo as prioridades serão: simplificação, desburocratização, melhorias nos processos e procedimentos. “Há muito que fazer para melhorar e acabar com privilégios e garantir mais eficiência no mercado, nivelando o campo de atuação entre as empresas.

Cintra previu que o setor produtivo sentirá logo as melhorias com essas medidas de curto prazo, enquanto a “reforma de fundo”, que envolve questões federativas, que precisam ser rediscutidas, é discutida.

Integração Internacional

18/12/2018 – Fonte: CNI

A última edição de 2018 do informativo **Integração Internacional** está disponível para [download](#) no canal de Assuntos Internacionais da CNI.

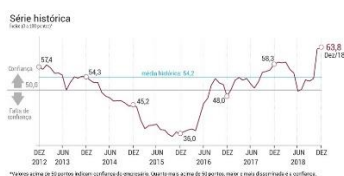
Destaques da edição:

1. A reforma da OMC em pauta: EUA e UE apresentam suas propostas;
2. Do NAFTA ao USMCA: o novo acordo norte-americano de livre comércio;
3. Conjuntura: análise da balança comercial brasileira no 3º trimestre de 2018.

Confiança do empresário aumenta é a maior desde junho de 2010, diz CNI

18/12/2018 – Fonte: CNI (publicado em 17-12-2018)

ICEI está 9,6 pontos acima da média histórica. O indicador subiu especialmente por que os empresários percebem melhora nas condições atuais dos negócios. Otimismo é maior nas grandes empresas



O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) aumentou 0,6 pontos em relação a novembro e alcançou 63,8 pontos em dezembro, o maior valor desde junho de 2010. “O ICEI está 5,5 pontos acima do registrado em dezembro de 2017 e 9,6 pontos acima de sua média histórica, de 54,2 pontos”, informa a pesquisa divulgada

pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta segunda-feira (17). Os indicadores da pesquisa variam de zero a cem pontos. Quando estão acima de 50 pontos mostram que os empresários estão otimistas.

“A elevação ocorre após o grande aumento de confiança em novembro. O resultado mostra que os empresários terminam o ano confiantes, com expectativas positivas e percepção de melhora das condições dos negócios. Esperamos que as expectativas otimistas se confirmem, promovendo um maior aumento da atividade e do investimento”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo.

A pesquisa mostra ainda que a confiança é maior nas grandes empresas, segmento em que o ICEI ficou em 64,1 pontos em dezembro. Nas pequenas foi de 63,1 pontos e, na médias, de 63,8 pontos. Além disso, a confiança subiu em todas as regiões do país. Na comparação com dezembro de 2017, os maiores aumentos foram registrados no Sul e no Sudeste.

No Sudeste, o índice aumentou 6,4 pontos frente a dezembro de 2017 e ficou em 63,5 pontos. No Sul, o ICEI subiu 6,1 pontos em relação a dezembro do ano passado e alcançou 66,1 pontos, o maior valor do país. No Centro-Oeste, o indicador subiu para 64,4 pontos, no Norte foi para 63,8 pontos e, no Nordeste, ficou em 61,3 pontos.

PERSPECTIVAS POSITIVAS - De acordo com a pesquisa, o aumento da confiança é resultado, especialmente, da melhora das avaliações dos empresários sobre as condições atuais de negócios. O índice de condições atuais aumentou 0,8 ponto neste mês frente a novembro do ano passado e alcançou 53,5 pontos, o maior valor desde fevereiro de 2011. Os empresários também estão mais otimistas em relação ao desempenho das empresas e da economia nos próximos seis meses. O índice de expectativas subiu 0,4 ponto e ficou em 68,9 pontos, o maior valor desde abril de 2010.

O ICEI antecipa tendências da economia. Empresários confiantes têm mais disposição para investir e aumentar a produção, o que é importante para estimular a expansão da economia e a criação de empregos.

Esta edição do ICEI foi feita entre 3 e 12 de dezembro, com 2.500 indústrias. Dessas, 997 são pequenas, 939 são médias e 564 são de grande porte.

ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial

18/12/2018 - Fonte: CNI (publicado em 17-12-2018)

Empresário termina o ano confiante

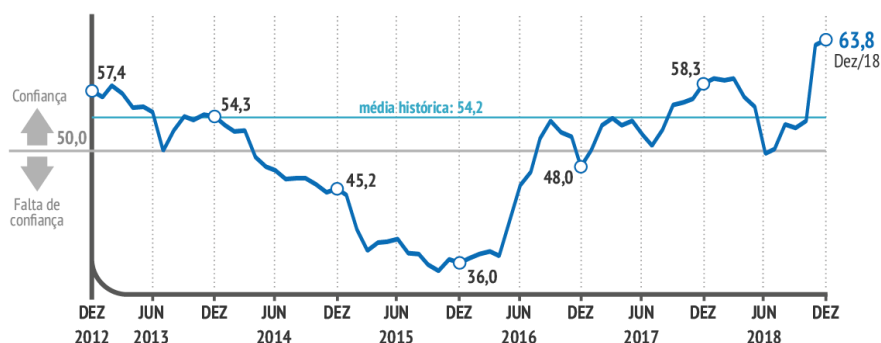
O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) registra novo aumento, de 0,6 ponto, na passagem de novembro para dezembro. Com isso, o índice foi a 63,8 pontos – é o maior valor desde junho de 2010, quando o ICEI registrou 66 pontos.

Dezembro/2018

Série histórica

Índice (0 a 100 pontos)*

*Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário. Quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança.



Políticas industrial e comercial devem caminhar juntas, diz diretor da CNI

18/12/2018 – Fonte: CNI (publicado em 17-12-2018)

Em seminário no jornal Correio Braziliense, Abijaodi afirma que agenda deve ser voltada tanto à produtividade quanto à inserção internacional. Debatedores criticam excesso de subsídios na economia



“Não se trata de escolher trabalhar com fatores internos e externos. O que devemos fazer é atuar em todos eles identificando o que podemos fazer em curto, médio e longo prazo”, disse Abijaodi

O diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Eduardo Abijaodi, afirmou nesta segunda-feira (17) que deve haver um alinhamento entre a política industrial e a de comércio exterior no Brasil.

A primeira, afirmou, deve ser vista como um instrumento de produtividade e de atualização tecnológica do país. A segunda deve ser pautada numa agenda de inserção ampla das empresas brasileiras no exterior.

Na avaliação do diretor, é necessário atuar em questões tanto da economia doméstica quanto da internacional. “Não se trata de escolher trabalhar com fatores internos e externos. O que devemos fazer é atuar em todos eles identificando o que podemos fazer em curto, médio e longo prazo”, disse Abijaodi.

Ele participou do evento *Correio Debate: A importância da indústria para o desenvolvimento do Brasil*, realizado pelo jornal Correio Braziliense em parceria com a CNI.

Abijaodi apresentou dados que mostram que a indústria brasileira contribui, anualmente, com R\$ 1,2 trilhão para a economia brasileira, respondendo por 21% do Produto Interno Bruto (PIB). Também responde por 32% da arrecadação de tributos federais e por 67% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento do setor privado. Além disso, 51% das exportações brasileiras são de produtos industrializados.

“O que vemos hoje é que não existe uma grande economia onde não esteja por trás uma indústria forte”, afirmou o diretor.

O diretor afirmou ainda que a política industrial não deve ser considerada como um conjunto de subsídios para compensar a ineficiência do sistema produtivo brasileiro. “A política industrial deve ser vista como motor que alimenta a produtividade e estimula a tecnologia no Brasil”, disse.

Não há como se ter proteção exagerada nem abertura inconsequente. Precisamos caminhar em conjunto, sabendo das dificuldades e potenciais para alcançar essa produtividade”, considerou o diretor.



“Dar crédito subsidiado para as empresas fazerem mais do mesmo não tem nada a ver com política industrial. E foi isso que fizemos demasiadamente entre 2008 e 2015”, disse Mansueto Almeida

EXCESSO DE SUBSÍDIOS - O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que, ao longo da última década, o grande problema do Brasil foi oferecer muito subsídio a empresas que já eram grandes e competitivas se tornarem ainda maiores. Segundo o secretário, entre 2008 e 2015, a dívida dos bancos públicos junto ao Tesouro Nacional passou de R\$ 14 bilhões ou 0,6% do PIB para R\$ 575 bilhões ou 9,5% do PIB.

“Isso não é bom uso do dinheiro público. A gente precisa saber fazer um uso melhor do dinheiro público”, afirmou o secretário. “Dar crédito subsidiado para as empresas fazerem mais do mesmo não tem nada a ver com política industrial. E foi isso que fizemos demasiadamente entre 2008 e 2015”, disse Almeida, que defendeu uma política industrial mais voltada à inovação.

ABERTURA COMERCIAL - A especialista em comércio exterior da BMJ Associados Renata Amaral defendeu que uma eventual abertura unilateral da economia, como a que vem sendo proposta pelo governo eleito, deve vir acompanhada de reformas que solucionem problemas estruturais da economia brasileira. A seu ver, as duas reformas mais importantes neste momento são a tributária e a previdenciária.

“A gente tem uma série de problemas estruturais dentro do Brasil e que precisam ser resolvidas antes de uma abertura até leviana da economia. A gente tem problemas de logística e questões tributária e portuárias que são problemas nossos, não de nossos parceiros”, disse Renata, que defendeu uma abertura comercial gradual.



A gente tem problemas de logística e questões tributária e portuárias que são problemas nossos, não de nossos parceiros”, afirmou Renata Amaral

Renata lembrou ainda que o governo precisa trabalhar acordos comerciais que estão em andamento, como o com o Canadá, o México e a Associação Europeia de Livre Comércio (Efta). “Temos vários meandros que precisaremos definir com uma eventual reflexão sobre o Mercosul”, afirmou a especialista.

A CNI vem defendendo uma abertura da economia por meio de uma agenda ambiciosa de acordos comerciais. Na avaliação da entidade, esses acordos garantem não só a reciprocidade – quando o outro país abre sua economia para os produtos brasileiros – como também um período de transição para as empresas.

Política industrial deve ser menor e financiada com fundos setoriais, diz Mansueto

18/12/2018 – Fonte: Folha de S.Paulo (publicado em 17-12-2018)

Secretário do Tesouro afirma que países como EUA e Inglaterra aplicam recursos em inovação e critica atuação passada do BNDES

O futuro governo deverá financiar a política industrial com fundos setoriais, indicou nesta segunda-feira (17) o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida. Recursos orçamentários, como feito nos anos recentes, não será mais possível. “Não há espaço fiscal”, disse.

Mansueto vai permanecer no cargo no próximo governo, o que indica que a agenda de ajuste (redução de despesas) que ele está tocando no Tesouro não deve ser alterada.

Após participar de evento sobre o desenvolvimento da indústria, organizado pelo jornal “Correio Braziliense”, ele afirmou que há fundos que recebem recursos compulsórios de empresas, como as do setor de petróleo e de telecomunicações. Esses fundos poderiam ser usados para financiar inovação.

“Tem diversos fundos de inovação que podem ser usados para política industrial, numa concepção muito menor, mas ligada à inovação, como nos EUA e na Inglaterra”, afirmou.



O secretário do Tesouro, Mansueto Almeida - Pedro Ladeira/Folhapress

Mansueto disse que esse é o desenho “normal” da política industrial e que, nos últimos anos, os empresários brasileiros se acostumaram a um contexto de subsídios que não é sustentável a longo prazo.

“O que fizemos em demasia foi usar dinheiro público para dar incentivo para empresa comprar outras empresas. Isso não é trabalho de banco público, é trabalho de banco de investimento”, disse, em referência crítica à atuação do BNDES nos governos Lula e Dilma.

O banco recebeu cerca de R\$ 500 bilhões do Tesouro para emprestar a empresas com taxas de juros abaixo das praticadas no mercado.

O intuito era ampliar o investimento e levantar o crescimento econômico, mas isso não ocorreu e a despesa acabou deteriorando ainda mais as contas do governo.

Em sua palestra, Mansueto afirmou que o ajuste nas contas públicas é necessário para permitir que a taxa de juros siga em queda, o que beneficiaria o setor produtivo como um todo, além de regras mais duradouras.

Um exemplo é o setor elétrico, cujas empresas fizeram grandes investimentos com o financiamento mais barato do BNDES. Mansueto observou que fizeram projetos acreditando que a taxa ficaria em torno de 5% ao ano, mas isso mudou com o fim dos subsídios implantado no governo Michel Temer.

“Quem fez investimento tentando compensar a falta de marco regulatório adequado com subsídio é claramente uma receita que não é sustentável, porque exige uma despesa pública muito grande, que acaba caindo na conta de todo mundo”, disse.

Ele afirmou que o governo não cogita dar uma solução transitória a essas empresas, como elas pediram ao BNDES e levaram ao governo federal.

“Muitas empresas conseguem captar hoje com juros muito menores do que os de mercado. O ajuste fiscal e as reformas são solução para agricultura, para a indústria e para o próprio governo”, disse.

PREVIDÊNCIA ANTES

Mansueto classificou de “falso consenso” o debate hoje sobre a reforma tributária. Em sua palestra, ele afirmou que quando as propostas descem aos detalhes é que aparecem os descontentes.

Um exemplo, disse ele, são as discussões sobre a revisão dos benefícios tributários. O governo atual tentou retirar incentivos, como o que beneficia fabricantes de refrigerantes, mas enfrentou forte rejeição do setor produtivo.

“A reforma tributária está em pauta há 20 anos e avançou muito pouco”, afirmou. Por isso, disse ele, é preciso descer aos detalhes da proposta.

Neste sentido, Mansueto afirmou que o debate da reforma da Previdência já está mais maduro, pois já existe consenso nos pontos mais relevantes.

“Já se aceita a idade mínima, que deve existir uma transição, algum tipo de limite ao acúmulo de aposentadoria e pensão e que o desejável é um regime o mais horizontal possível. Então há mais consenso na reforma da previdência do que na tributária”, afirmou.

REFORMULAÇÃO NO TRABALHO

O futuro secretário especial de Competitividade, Emprego e Produtividade, Carlos da Costa, também participou do evento.

Sua secretaria absorverá parte do Ministério do Trabalho hoje voltada às políticas de emprego, como a rede Sine, de intermediação entre empresas e trabalhadores.

Ele afirmou que todas as políticas de emprego serão revistas no futuro governo. O intuito é melhorar a oferta de mão de obra e reduzir o descompasso entre as demandas do mercado e a formação dos trabalhadores.

“O capital humano é um dos gargalos para a nossa competitividade, precisamos ter as melhores práticas globais e servir de exemplo de país que deu a volta por cima em termos de capital humano”, afirmou.

“A segunda prioridade é reduzir as fricções no mercado de trabalho que criam um período muito longo de desemprego. Como neste momento, temos um problema grave, os jovens estão há bastante tempo sem emprego e alguns desistiram, dado os problemas do país e do mercado de trabalho em particular”, afirmou.

Pesquisa da CNI mostra empresário mais otimista neste fim de ano

18/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 17-12-2018)

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) registrou aumento de 0,6 ponto em dezembro, na comparação com novembro, atingindo 63,8 pontos, o maior valor desde junho de 2010. Assim, o índice está 5,5 pontos acima do registrado em dezembro do ano passado e 9,6 pontos acima da média histórica, segundo a pesquisa

divulgada nesta segunda-feira, 17, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Os indicadores da pesquisa variam de zero a cem pontos, sendo que, quando estão acima de 50 pontos, mostram que os empresários estão otimistas.

“A elevação ocorre após o grande aumento de confiança em novembro. O resultado mostra que os empresários terminam o ano confiantes, com expectativas positivas e percepção de melhora das condições dos negócios. Esperamos que as expectativas otimistas se confirmem, promovendo um maior aumento da atividade e do investimento”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo, em nota divulgada pela entidade.

Esse aumento da confiança deve-se principalmente pela melhor avaliação das condições de negócios. A pesquisa revelou que tanto o índice relativo à economia brasileira quando o relativo à empresa aumentou.

Porte

O levantamento mostra que a confiança é maior nas grandes empresas, segmento em que o Icei ficou em 64,1 pontos em dezembro. Nas pequenas empresas, o índice foi de 63,1 pontos e, nas médias, de 63,8 pontos.

A pesquisa revela ainda que a confiança subiu em todas as regiões do País. Em comparação com dezembro de 2017, os maiores aumentos foram verificados nas regiões Sul e Sudeste.

A pesquisa foi feita entre os dias 3 e 12 de dezembro, com 2.500 indústrias.

Indústria está otimista com remoção de antigos entraves ao desenvolvimento do Brasil, diz presidente da CNI

18/12/2018 – Fonte: CNI (publicado em 17-12-2018)

Indústria está otimista com remoção de antigos entraves ao desenvolvimento do Brasil, diz presidente da CNI

Segundo Robson Braga de Andrade, a perspectiva é positiva com adoção de medidas que revigorem o setor produtivo. Setor será parceiro na discussão e formulação de ações que melhorem ambiente de negócios



Robson Andrade: “temos hoje a maior rede de laboratórios de inovação do Brasil, que é uma grande contribuição que temos dado para o desenvolvimento da indústria”

A perspectiva de adoção de medidas que contribuam para revigorar o setor produtivo brasileiro e fomentar o crescimento sustentado do país é fonte de grandes expectativas para a indústria brasileira. De acordo com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, a chegada do novo governo, em janeiro, traz um horizonte positivo para mudanças e remoção de antigos entraves que freiam o desenvolvimento do Brasil. “Temos a expectativa de que o país vai mudar, que vai atrair mais empresas, ter mais investimentos e melhorar o ambiente de negócios”, afirmou.

Andrade participou da abertura do evento *Correio Debate: A importância da indústria para o desenvolvimento do Brasil*, realizado nesta segunda-feira (17), em Brasília. Ao apresentar o caminho para revigorar o setor produtivo nacional, Andrade destacou a urgência da redução da burocracia e do Custo Brasil e da necessária melhora do cenário de grande insegurança jurídica para se investir e empreender. O presidente da CNI também avaliou que a indústria brasileira consegue ser produtiva e competitiva em muitas áreas, mas há desigualdades internas que precisam ser superadas.

PARCERIA – Segundo Robson Andrade, a indústria será parceira na discussão e construção de propostas que contribuam para destravar o crescimento da economia. Ele citou, como exemplo, o Programa Brasil Mais Produtivo, desenvolvido pela CNI e que se tornou política de governo, incorporado às ações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o programa tem contribuído para a ampliação em cerca de 50% na produtividade de pequenas e médias empresas brasileiras.

Sobre a contribuição da indústria para ampliar investimentos e disseminar a cultura inovadora, o presidente da CNI lembrou da atuação da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), que conta com a participação de 424 executivos da indústria.

A rede de Institutos SENAI de Inovação e de Tecnologia foi outra iniciativa destacada para contribuir para que o parque industrial nacional ande em compasso com o dos países mais desenvolvidos e competitivos. “Temos hoje a maior rede de laboratórios de inovação do Brasil, que é uma grande contribuição que temos dado para o desenvolvimento da indústria”, disse Andrade.



Para Carlos da Costa, o estímulo e redução de amarras ao investimento em infraestrutura e o aumento da produtividade, além de simplificação tributária, são essenciais

FOCO NA PRODUTIVIDADE – Também participou da abertura do debate o secretário-geral de Produtividade e Competitividade do futuro Ministério da Economia, Carlos da Costa. Ele analisou a trajetória negativa da produtividade da economia brasileira, que hoje representa 23% da dos Estados Unidos, e atribuiu o baixo desempenho ao fracasso de políticas recentes voltadas ao tema. “Nossa produtividade já foi 40% da americana. Hoje há 51 órgãos de governo lidando com produtividade, o que significa falta de produtividade e de efetividade da política”, analisou.

Costa explicou que o foco de atuação da secretaria se dará sobre quatro eixos: capital humano, que envolve qualificação e capacitação; a criação de ambientes propícios à produção e aos negócios; investimentos em infraestrutura, com aumento da participação privada na gestão e no financiamento; e uma agenda de desburocratização. “Vamos atacar aquilo que torna fazer negócios no Brasil difícil e priorizar uma agenda com constante diálogo com o setor produtivo”, disse.

PRIMEIROS PASSOS – Para Carlos da Costa, o esforço do atual governo para sanear as contas públicas e restabelecer o equilíbrio fiscal é positivo. Segundo ele, este é um passo inicial para o crescimento da economia, mas que não resolve, do ponto de vista de sustentabilidade, porque tal objetivo envolve solucionar problemas estruturais. “Isso viabiliza menores taxas de juros, queda do Custo Brasil, mas só é o suficiente

para a recuperação cíclica, ao qual nos acostumamos, e na qual nós descemos dois degraus para apenas subir dois novamente”, afirmou.

Assim, de acordo com Costa, o foco será no crescimento de longo prazo, que busque taxas sustentáveis de crescimento acima de 2% ao ano. O estímulo e redução de amarras ao investimento em infraestrutura e o aumento da produtividade, além de simplificação tributária, são essenciais. “O agronegócio brasileiro cresceu como cresceu com aumento de produtividade e inovação, melhorando pelo lado da oferta e sem gerar inflação. Resolvendo os problemas que tanto geram instabilidades, podemos ter crescimento sustentado”, explicou.

Indústria será parceira sempre que objetivo for destravar economia, diz CNI

18/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 17-12-2018)

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade, afirmou nesta segunda-feira, 17, que a indústria será “parceira” do novo governo sempre que o objetivo for destravar a economia. Ele reconheceu que o próximo ano será difícil, já que a equipe econômica liderada pelo futuro ministro Paulo Guedes terá a missão de “arrumar a casa”, sobretudo na área fiscal. Mas Andrade demonstrou otimismo.

“Temos expectativa de que País realmente vai mudar, teremos oportunidade de atrair investimentos”, afirmou o presidente da CNI ao participar de debate promovido pelo *Correio Braziliense*.

Andrade citou uma série de iniciativas da indústria na formação de capital humano para contribuir para a elevação da produtividade no País, mas ressaltou que há questões que só o governo pode endereçar, como a questão tributária.

“Nós seremos parceiros do governo sempre que o objetivo for destravar a economia, fazer a indústria crescer e desenvolver tecnologia”, disse. “Certas coisas só o governo pode fazer, mas nós podemos fazer muito pela indústria brasileira. Temos grande chance e grande possibilidade de fazer mudanças”, acrescentou.

Segundo o presidente da CNI, as estimativas apontam que o Brasil precisa em média de 4 trabalhadores para entregar o mesmo que um único trabalhador norte-americano. No entanto, ele ponderou que essa não é uma medida transversal a todas as atividades. Para Andrade, há algumas áreas mais produtivas, outras menos.

Em desvantagem, segundo ele, estão algumas regiões que hoje não têm mão de obra amplamente qualificada, como a região Norte. “Sem qualificação, Estados como Acre e Amazonas não vão atrair empresas”, disse Andrade.

Empresa de crédito exclusivo para os pequenos negócios deve sair em 2019

18/12/2018 – Fonte: DCI

Senadores querem aprovar hoje (18) e ver sancionada por Temer a criação de nova modalidade empresarial destinada a atender exclusivamente as micro e pequenas empresas e os MEIs



Afif em foto no Congresso com representantes da frente que defende interesses de pequenas empresas

O projeto de criação da empresa simples de crédito (ESC), que foi vetado em 2016 pelo presidente Michel Temer, deve ser aprovado nesta semana pelo Senado e seguir para a sanção presidencial este ano.

Essa é a expectativa de integrantes da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa e do presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, que será assessor do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

A tramitação da matéria deverá vencer mais uma etapa hoje (18), quando, após ser aprovada por unanimidade no plenário da Câmara, deverá ser aprovada, a partir das 10h na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em seguida, a partir das 14h, no plenário do Senado.

Assessores legislativos apontaram que a ideia é colocar a matéria para apreciação do plenário do Senado ainda hoje ou, no máximo, amanhã (19), quando está prevista a última sessão da Casa neste ano.

Na avaliação deles, essa estratégia tem chances de dar certo porque, dos 14 itens da pauta, boa parte são acordos internacionais, cuja aprovação acontece em votação rápidas e sem divergências.

O texto é um projeto de lei complementar, que tem por finalidade regulamentar dispositivos constitucionais

Convencimento

Segundo Afif, o Banco Central e a Receita Federal já foram convencidos de que a ESC não atuará como uma instituição financeira, portanto, não colocaria o sistema em risco. Na avaliação dele, não haveria ameaça de novo veto. Essas instituições foram responsáveis pelo veto da matéria em 2016, que era dispositivo do chamado Projeto Crescer Sem Medo, uma das alterações na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, aprovada em 2006.

“A ESC é uma empresa que vai atuar com capital próprio, então, não gera nenhum risco sistêmico porque não lida com poupança pública”, diz o presidente do Sebrae, que deixa o cargo no final deste mês.

Segundo texto da proposição, a ESC é uma modalidade empresarial de atuação municipal que permite a particulares emprestar recursos próprios exclusivamente para microempreendedores individuais e MPEs.

O projeto trata da regulamentação da Empresa Simples de Crédito (PLC 135/2018), de autoria do ex-deputado Pedro Eugênio (PT-PE), que faleceu em 2015. Ele presidiu a Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa.

Estabelece que a ESC terá atuação exclusiva em sua cidade-sede e em municípios limítrofes. Destina-se à realização de operações de empréstimo, de financiamento e de desconto de títulos de crédito, somente com recursos próprios, para atender os pequenos negócios.

A ESC também não poderá captar recursos como os bancos, seja em seu próprio nome ou de terceiros, e não poderá emprestar dinheiro a qualquer entidade pública.

O limite de receita bruta anual que a ESC pode obter, na forma de juros, será o mesmo para as empresas de pequeno porte (hoje R\$ 4,8 milhões).

Pelo texto do projeto, o Banco Central terá acesso às informações das transações feitas pelas ESCs para fins estatísticos e de controle macro prudencial do risco de crédito.

O controle da ESC será feito por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Inovação

A proposta foi aprovada na forma de uma emenda do relator, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) e outra mudança do projeto é a criação do Inova Simples, que trará menos burocracia para a formalização das empresas classificadas como startups e outras iniciativas inovadoras. Esse tratamento diferenciado consiste em um rito sumário para abertura da startup, por meio do site Portal do Empreendedor.

De acordo com o texto, os recursos capitalizados não serão considerados renda e vão ser destinados exclusivamente ao custeio do projeto. Já a comercialização experimental do serviço ou produto será permitida até se atingir o valor do teto de receita bruta anual para o microempreendedor individual (MEI), hoje de R\$ 81 mil.

Por meio de uma página na internet, os responsáveis pela empresa deverão preencher dados de identificação, o objetivo da empresa, localização e declaração de que não produzirá barulho ou poluição para efeito de caracterização de baixo grau de risco.

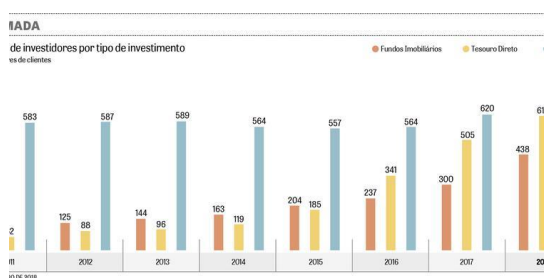
A sede poderá ser inclusive em parques tecnológicos, instituições de ensino, empresas juniores, incubadoras ou aceleradoras e espaços compartilhados de trabalho na forma de *coworking*.

Os empreendedores poderão, opcionalmente, informar sobre a existência de apoio ou validação de instituto técnico científico ou acadêmico, institucional ou privado e outros agentes de pesquisa.

B3 observa a preparação de 20 a 30 empresas para abrir capital em 2019

18/12/2018 – Fonte: DCI

O presidente afirmou, ainda, que com as boas perspectivas para o ambiente político e econômico do País, o volume esperado para o próximo ano deve superar os três IPOs observados em 2018



O volume de Ofertas Públicas Iniciais de Ações (IPOs) de 2019 superará o de 2018. Para o presidente da B3, Gilson Finkelsztain, a projeção é que de 20 a 30 empresas já estão preparadas para acessar as duas primeiras janelas de oportunidade no próximo ano.

Neste ano, segundo dados da B3, apenas três IPOs foram concluídos, sendo eles o do Banco Inter, Hapvida e NotreDame Intermédica.

“Vemos com bastante otimismo a grande agenda de IPOs para 2019. Já existem vários empresários que se preparam para essas próximas duas janelas e a recente contagem que fizemos indicam que entre 20 e 30 empresas já preparadas”, afirmou Finkelsztain ontem, em encontro com jornalistas.

Ele comenta ainda que boa parte das expectativas positivas para a abertura de capital no Brasil consistem tanto na maior confiança na economia do País como também no

maior espaço para o setor, com a menor atuação dos bancos públicos, “principalmente o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]”.

O banco de fomento, que chegava a financiar perto dos R\$ 200 bilhões em 2014 atingiu, em setembro deste ano, o marco de R\$ 44 bilhões.

“Há um ciclo bastante positivo do lado de investimento de *private equity*, que chegam em sua maturidade e também acabam ajudando essa agenda. Além disso, a menor atuação dos bancos públicos foi compensada por um aumento da atividade do mercado de capitais de renda fixa, por exemplo”, diz o executivo.

Investidor pessoa física

Outro ponto reforçado pelos executivos da B3 é a maior demanda de investidores pessoas físicas que, mesmo tendo passado cerca de 10 anos próximos à estabilidade de 500 mil investidores em ações, subiu 50% nos últimos dois anos, para um total de 750 mil.

“O investidor pessoa física tem buscado alternativas que envolvam mais riscos e rentabilizem melhor seus portfólios”, explicou o presidente da B3, reiterando que boa parte desse movimento pode ser creditado ao advento das novas corretoras do mercado.

“Essas corretoras estão sendo bastante efetivas em sanar a transição de renda fixa ser o único produto na agenda de um País que por muitos anos teve juros altos, para uma geração mais sofisticada, que investe em ações ou multimercados e até mesmo derivativos para não perder a liquidez”, acrescentou Finkelsztain.

Já segundo vice-presidente de produtos e clientes da B3, Juca Andrade, grande parte dos 40 produtos financeiros projetados para serem entregues até o final de 2019 pela B3 já incluem um foco maior no investidor pessoa física.

“Temos uma área inteira olhando apenas para os clientes pessoa física porque queremos fortalecer essa presença no mercado de capitais. Queremos incentivar *day traders* e criar estímulos para o mercado”, afirma Andrade.

“Temos falado com agentes autônomos e corretoras como parte do ecossistema, incentivando-os como canal de distribuição”, completa.

Os executivos também trouxeram informações sobre o debate entre a própria B3, as corretoras e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre a possibilidade de negociação das corretoras apenas dentro do sistema Puma, da B3.

“O objetivo seria possibilitar a oferta de liquidez por parte das corretoras com a garantia de obtenção do preço competitivo”, informou o vice-presidente de operações, *clearing* e depositária, Cícero Vieira. Segundo ele, a B3 divulgará uma audiência pública sobre o assunto nos próximos 45 dias.

Projeções

O Itaú BBA também informou, ontem, esperar que o mercado seja palco de 10 a 15 captações em renda variável no primeiro semestre de 2019, incluindo follow ons e ofertas iniciais públicas de ações (IPOs).

Outra agenda que deve avançar, segundo o presidente da instituição, Eduardo Vassimon, é da infraestrutura. “O governo pode acelerar essa agenda já no primeiro semestre de 2019”.

No mercado de fusões e aquisições, o BBA também vê mais movimento. O volume no primeiro semestre deste ano foi de R\$ 500 bilhões ante R\$ 700 bilhões em 2017, mas deve crescer no próximo exercício.

Abertura precisa de articulação com setor privado local e países parceiros

18/12/2018 – Fonte: DCI

Para especialistas, processo de liberalização comercial tem que ser planejado para evitar avanço do desemprego; por outro lado, redução unilateral de tarifa seria benéfica para alguns setores



Porto de Santos, São Paulo: Navio de recipiente sendo carregado

A abertura comercial no Brasil precisa ser bem articulada com o setor privado e com países parceiros, considerando as possibilidades de acordos, para que se evite um aumento maior do desemprego e fechamento de empresas.

Para o coordenador do Observatório de Multinacionais da ESPM, Diego Coelho, isso dificilmente ocorrerá no curto prazo. “Nós precisamos ter uma estratégia que acomode e minimize os custos de transição para uma abertura comercial. Toda abertura terá custos, mas é preciso construir uma estratégia onde os ganhos se sobreponham às perdas. Isso, para mim, ocorrerá por meio de uma articulação entre abertura unilateral mesclada com acordos preferenciais, processo que não ocorre no curto prazo”, diz Coelho.

Uma abertura unilateral ocorre por meio de uma redução de tarifas de importação sem negociação comercial com nenhum país. Ou seja, nesse caso, qualquer nação pode exportar para o Brasil por meio de determinada tarifa. Já nos acordos comerciais, há o princípio de reciprocidade. Se um país reduz tarifa para determinados produtos, o outro também o faz em troca.

Na avaliação de Coelho, o perfil do próximo governo, ao menos no discurso, seja do futuro presidente Jair Bolsonaro (PSL) ou do seu ministro da Economia, Paulo Guedes, é de uma abertura unilateral. Porém, ele ressalva que essa tendência só ficará clara a partir da posse dos dois.

De qualquer maneira, Coelho analisa que a unilateralidade pode ser prejudicial em alguns casos. Ele cita como exemplo a antiga negociação entre o Mercosul e a União Europeia (UE), que se estende por mais de 20 anos.

“Se, de repente, o Brasil resolve baixar as tarifas de importação para máquinas e equipamentos, qual o incentivo que a União Europeia terá para continuar a negociação com o Mercosul, sendo que o bloco é um dos mais interessados em exportar bens de capital para o Brasil com custo baixo?”, exemplifica Coelho.

Neste caso, o Brasil perderia a chance de negociar tarifas menores para exportar seus produtos agrícolas aos países europeus. “Surtos de importação em pouco espaço de tempo pode absorver empresas e diminuir o nível de emprego”, complementa Coelho.

Nos anos 1990

O professor da ESPM lembra, por exemplo, que a política de abertura comercial iniciada pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) provocou, por exemplo, o fechamento de indústrias têxteis.

Sobre isso, o professor de economia da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), Paulo Dutra, detalha que, na época, Collor havia determinado um período de cinco anos para que as empresas do setor fizessem investimentos para aumentar a produtividade, em meio a um processo de desgravação gradual de tarifas de importação.

Porém, após o impeachment de Collor, e com a eleição de Itamar Franco (1992-1995) houve algumas mudanças nessa política, especialmente durante o período em que Ciro Gomes assumiu o Ministério da Fazenda (1994-1995).

“Quando o Ciro entrou, ele levou a tarifa de importação para o mínimo e isso provocou uma quebra muito grande do setor têxtil”, lembra Dutra. “Sou a favor de uma abertura comercial que seja feita no médio e longo prazo, de uma forma que não seja drástica”, completa o professor da FAAP.

Por outro lado, Dutra avalia que uma redução unilateral de tarifas em determinados setores não seria um problema. Pelo contrário, até dinamizaria a economia. “É o caso da indústria de brinquedos”, diz ele. “Hoje não é possível que nós, daqui do Brasil, importemos um brinquedo pela Amazon, por exemplo”, destaca Dutra.

O professor conta que essa indústria é, hoje, extremamente protegida, com a presença de 400 empresas pelo País e um emprego de mão de obra de cerca de 4 mil pessoas. Diante desse grau de fechamento e com uma concorrência super pequena, os preços dos brinquedos são bastante elevados. “Quem ganha com isso não é o consumidor, são somente as próprias empresas e o governo, que acaba arrecadando bem acima do que deveria”, afirma Dutra.

No caso desse setor, uma redução unilateral das tarifas de importação seria muito benéfico para as famílias brasileiras. Pois, além da diminuição dos preços dos brinquedos, a perda de empregos nas indústrias seria compensada com abertura de mais lojas – tendo em vista a própria redução de custos.

Início da abertura

Segundo dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) do governo federal, na evolução da estrutura tarifária brasileira nos últimos 30 anos, há dois períodos claramente distintos.

Entre 1990 e 1995, as tarifas de importação brasileiras caíram fortemente, tanto para bens manufaturados (de 37% para 12%) quanto para produtos primários (de 31% para 9%). A partir de 1995, as tarifas de importação brasileiras se mantiveram razoavelmente estáveis. As informações foram publicadas pelo governo no mês de março deste ano.

Estudo liderado por membros da equipe de Bolsonaro propõe fim do Simples

18/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Diagnóstico do Ipea é que o IR da pessoa jurídica pelo regime do lucro real é alto

As modalidades de alíquota de imposto de renda para empresas —Lucro Real, Lucro Presumido e Simples— distorcem o mercado, precisam ser repensadas e unificadas para que, então, possa-se pensar em taxar lucros e dividendos.

A proposta é de um estudo do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) coordenado por dois economistas que hoje participam da equipe de transição do governo Jair Bolsonaro: Adolfo Sachsida e Alexandre Ywata.

Durante as eleições, houve discussão sobre a tributação de lucros e dividendos.

Naquele momento, Paulo Guedes, que será o superministro da economia, chegou a falar de alíquota única de 20% para pessoas físicas, empresas e lucros e dividendos. O diagnóstico do Ipea é que o Imposto de Renda da pessoa jurídica pelo regime do lucro real é alto —são 34%, 11 pontos percentuais a mais que a média global.

Se ele baixar, haverá espaço fiscal para se discutir a tributação de lucros e dividendos. A proposta é rever os incentivos dos regimes de lucro presumido e Simples, diminuí-los e, eventualmente, eliminá-los, segundo a economista Melina Rocha Lukic, uma das autoras do estudo.

“A questão é entender se a abrangência desses benefícios não é excessiva. Diversas pesquisas já apontaram que eles causam distorções. Se caírem, haverá espaço fiscal que permitirá reduzir o Imposto de Renda sobre a pessoa jurídica”, afirma ela.

Então, segundo o Ipea, “haverá a possibilidade de alguma tributação de lucros e dividendos distribuídos, de preferência com isenção das parcelas reinvestidas.”

"Como funciona a concessão de férias coletivas para os empregados

18/12/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

No fim de ano, é comum que as empresas concedam férias coletivas aos funcionários. Conheça as questões envolvendo sua concessão aos empregados

As férias coletivas são aquelas concedidas simultaneamente a todos os empregados da empresa | Letícia Akemi/Gazeta do Povo/Arquivo

O Justiça & Direito, em parceria com a Sage IOB, que atua com sistemas de gestão empresarial, pagamentos, contabilidade e emissão de notas fiscais, explica nesta coluna questões envolvendo a concessão de férias coletivas pela empresa aos empregados.

Confira: Empresa pode obrigar funcionário a folgar e compensar horas depois?

As férias coletivas são aquelas concedidas simultaneamente a todos os empregados da empresa, ou a empregados de determinado setor da companhia. Não é preciso que o período aquisitivo do empregado já tenha sido completado para que seja possível gozar dessas férias, sendo que os empregados que possuem mais de um ano de serviço não têm seu período aquisitivo alterado.

1. No caso de a empresa conceder férias coletivas ao final do ano, o dia 25 de dezembro e o dia 01 de janeiro são contados como dias de férias?

O artigo 139 da Consolidação das Leis do Trabalho menciona que as férias coletivas poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 dias corridos. Assim, como a legislação prevê dias corridos de férias, caso não haja nada diferente na norma coletiva do sindicato, os dias 25 de dezembro e o 1º de janeiro serão contados normalmente como dias de férias.

2. Com quantos dias de antecedência o empregado deve ser comunicado de que ele estará de férias coletivas?

A empresa deve fixar, ou enviar, aviso nos locais de trabalho com, pelo menos, 15 dias de antecedência, comunicando os empregados sobre as férias coletivas. O documento deve conter as datas de início e fim do descanso, conforme traz a CLT. Confira o que diz a lei:

Leia também: Patrão é quem decide suas férias (e outros três fatos sobre o descanso)

Art. 139, CLT - Poderão ser concedidas férias coletivas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa.

§ 1º - As férias poderão ser gozadas em 2 (dois) períodos anuais desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 2º - Para os fins previstos neste artigo, o empregador comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim das férias, precisando quais os estabelecimentos ou setores abrangidos pela medida.

§ 3º - Em igual prazo, o empregador enviará cópia da aludida comunicação aos sindicatos representativos da respectiva categoria profissional, e providenciará a afixação de aviso nos locais de trabalho.

3. Qual o prazo que o empregador tem para pagar férias coletivas ao trabalhador?

De acordo com a legislação, as férias, sejam individuais ou coletivas, devem ser pagas até dois dias antes do início do respectivo período.

Art. 145, CLT - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 [conhecido popularmente como "venda de férias"] serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

Parágrafo único - O empregado dará quitação do pagamento, com indicação do início e do termo das férias.

Para sindicatos, união contraria a Lei das S.A.s

18/12/2018 – Fonte: Tribuna PR

Os sindicatos dos metalúrgicos de São José dos Campos, Botucatu e Araraquara, que representam funcionários da Embraer, repudiaram a aprovação do acordo entre a brasileira e a americana Boeing pelo conselho de administração da empresa. Em nota, o grupo sindical afirma que a operação fere a Lei das S.A.s e, por isso, está sendo questionada pelos três sindicatos na Justiça Federal de São Paulo.

"Se ficarmos apenas nos termos jurídicos, a operação não poderia acontecer porque uma empresa de capital aberto (Embraer) não pode se juntar a uma de capital fechado (a Boeing). Mais do que isso: uma joint venture presume que as duas empresas envolvidas tenham uma parceria comercial e industrial. Não é isso que vai acontecer. A Boeing terá 80% do capital social e 100% do controle operacional e de gestão da nova empresa", dizem as entidades.

A joint venture em aviação comercial será liderada por uma equipe de executivos sediada no Brasil, que responderão a Dennis Muilenburg, presidente da Boeing. A Embraer terá poder de decisão em temas pontuais, como a transferência das operações do Brasil a outros países.

Brasil cai para 95º em ranking de desigualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial

18/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 17-12-2018)

País manteve a lacuna entre homens e mulheres no maior nível desde 2011

O Brasil caiu cinco colocações e recuou para a 95ª posição no relatório sobre disparidade de gênero elaborado pelo Fórum Econômico Mundial e publicado nesta

segunda-feira (17). O país manteve a lacuna entre homens e mulheres no maior nível desde 2011.

No ranking geral, o Brasil aparece com 0,681 ponto, em uma escala que vai de zero a um —quanto mais próximo de um, mais paritário.

O índice, publicado desde 2006, computa resultados de 149 países e busca analisar o progresso obtido na igualdade de gênero em quatro dimensões temáticas: oportunidade econômica, empoderamento político, nível educacional e saúde e sobrevivência.



Em indicador que mostra a participação na força de trabalho e igualdade salarial por trabalho semelhante país caiu para 132ª colocação

No caso brasileiro, afirma o estudo, o maior responsável pela piora no ranking na comparação anual foi o subíndice de oportunidade econômica —o país despencou nove posições, do 83º lugar para o 92º.

Esse indicador inclui participação na força de trabalho e igualdade salarial por trabalho semelhante, item em que o país ficou na 132ª colocação —estava na 119ª um ano antes.

Também houve recuo em empoderamento político, subíndice no qual o Brasil caiu do 110º posto para o 112º.

O país aparece na 139ª posição quando a questão é mulheres ocupando posições ministeriais e na 126ª no que diz respeito à presença feminina no Congresso --estava na 121ª em 2017.

Mas nem todas as notícias são ruins. Ao lado de Bahamas e Colômbia, o Brasil foi um dos três países que fechou a lacuna de gênero em nível educacional e saúde e sobrevivência.

No mundo, a maior disparidade é vista em empoderamento político, com um fosso de 77,1%.

Dos 149 países analisados, somente 17 têm mulheres como chefes de estado. Em média, só 18% dos ocupantes de postos de ministérios e 24% dos membros do Congresso no mundo são do sexo feminino.

Globalmente, embora muitos países tenham alcançado marcos importantes em direção a uma paridade de gênero em educação, saúde, economia e política, ainda há muito a ser feito, afirma Klaus Schwab, fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial.

Por um lado, países onde a próxima geração de mulheres está se tornando líder em suas áreas de domínio estão encaminhados para o sucesso no futuro.

No entanto, o relatório deste ano também adverte para a possibilidade do surgimento de novas lacunas de gênero em tecnologias avançadas, como os riscos associados na inteligência artificial.

“Em uma era em que habilidades humanas são crescentemente importantes e complementares à tecnologia, o mundo não pode se privar do talento das mulheres em setores em que esse talento já é escasso”, afirmou, na abertura do relatório.

Em colaboração com o LinkedIn, os analistas identificaram apenas 22% de profissionais de inteligência artificial em nível global do sexo feminino —os demais 78% são homens.

As mulheres detêm somente 34% dos cargos de gestão no mundo —nos quatro países pior posicionados (Egito, Arábia Saudita, Iêmen e Paquistão, são 7%. E em 44 países, mais de 20% das mulheres são analfabetas.

Brasil deve liderar recuperação econômica na América Latina, diz executivo do UBS

18/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 17-12-2018)

Segundo estrategista do banco, país deve crescer 3% em 2019

O Brasil deve crescer 3% em 2019 e liderar a leve recuperação econômica da América Latina, em meio a um cenário global em transição que não deve favorecer os mercados emergentes, afirma Alejo Czerwonko, estrategista do UBS nos Estados Unidos.

O banco traça um cenário positivo para a economia brasileira, em meio a uma desaceleração na região da Ásia-Pacífico devido às tensões comerciais entre EUA e China e a um reequilíbrio da economia chinesa.

"Nós achamos que a administração [do presidente eleito, Jair] Bolsonaro está comprometida em implementar mudanças microeconômicas que vão ajudar a atividade econômica e o desenvolvimento no país", avalia.

Esse cenário-base contempla ainda medidas voltadas a facilitar o ambiente de negócios no Brasil, no campo de impostos e na gestão de empresas públicas, por exemplo. "Estamos confiantes de que, de uma perspectiva microeconômica, há coisas melhores no horizonte para o Brasil, e que são altamente necessárias."

No recorte macroeconômico, as coisas ficam mais incertas. O UBS espera uma reforma da Previdência, mas a premissa do banco é de "que alguma coisa será aprovada."

"Nós não esperamos uma reforma espetacular, uma que realmente resolva o problema desde a raiz. Não esperamos isso", diz Czerwonko.

"Esperamos mais que o problema seja tocado para frente, para que a pressão do mercado diminua um pouco e o Brasil possa continuar no caminho por mais alguns anos, antes de ter que enfrentar isso de novo."

Por isso, na avaliação dele, os fatores domésticos acabam tendo mais relevância nas projeções para a economia brasileira do que os externos. Czerwonko vê o setor externo do país "saudável", considerando a situação das contas externas e os níveis de reservas internacionais.

"As taxas de juros reais no Brasil não estão em condições ruins. Então, é um país que deve estar protegido de choques externos. Não imune, mas protegido."

O executivo diz ser interessante a sinalização do governo de Bolsonaro de procurar parcerias comerciais com economias mais desenvolvidas, em vez de manter o foco no Mercosul.

"Abrir a economia é bom. O Mercosul não ajudou muito a promover fluxos de bens e serviços ao longo das fronteiras. É uma iniciativa boa tentar algo novo, tentar integrar o Brasil na economia global mais profundamente do que hoje."

Para os emergentes como um todo, as projeções não são tão otimistas. O banco estima expansão de 4,8% no próximo ano, um pouco inferior aos 5,1% de crescimento previstos para 2018.

A principal fonte de instabilidade para os emergentes vem dos países desenvolvidos, com a normalização da política monetária nos Estados Unidos --o UBS estima que os juros no país devem encerrar 2019 em algum lugar na faixa entre 2,5% e 3%.

"Os mercados de renda fixa estão precificando, neste momento no tempo, duas altas e meia mais de juros até o fim de 2019. Então achamos que o Fed [banco central americano] vai fazer um pouco mais que isso. Isso não dá apoio aos mercados emergentes", diz.

Para ele, há riscos ainda não precificados nos ativos, como um agravamento das tensões entre EUA e China e uma contração da atividade econômica americana. "Na América Latina, uma piora nas políticas adotadas no México ou no Brasil não está sendo precificada", diz Czerwonko.

Apesar disso, ele minimiza esses riscos. "Nós temos um cenário-base para o qual damos maior probabilidade, e investimos com base nisso, para nos protegermos de certos riscos."

Nesse cenário-base, ele vê oportunidades em renda fixa [dívida emitida] no Brasil, mas também em China, Indonésia e Argentina. O banco mantém, nesses países, mais títulos do que seria a alocação normal, explica.

No mercado acionário, complementa, há investimentos interessantes na China e na região da Ásia-Pacífico. "Os detentores estrangeiros nesse mercado são poucos, há muito espaço para crescimento, então você pode se adiantar e ter uma alocação antes de as outras pessoas perceberem isso", afirma.

Mansueto reafirma necessidade de debate para aprovação de reformas

18/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 17-12-2018)

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, defendeu nesta segunda-feira, 17, um debate mais aprofundado sobre as reformas estruturais, como a tributária e a da Previdência, para ir além dos "falsos consensos" que existem hoje sobre a necessidade dessas medidas. "Conseguiremos fazer reformas?"

Espero que sim, mas precisamos de muito debate. Há uma série de falsos consensos, todo mundo é a favor de reforma tributária, mas divergem sobre qual. Temos que sair de falsos consensos em temas mais gerais e mergulhar nos detalhes. Isso vai dificultar ao debate? Ao contrário, vai melhorar", disse ele em debate promovido pelo jornal *Correio Braziliense*.

Segundo Mansueto, o aprofundamento do debate já surtiu efeito no caso da reforma da Previdência, da qual se fala abertamente hoje. Mesmo assim, ele ressaltou que é preciso continuar discutindo, pois se trata da reforma mais emergencial, uma vez que o processo de envelhecimento da população brasileira é "sem precedente".

O secretário disse que a sociedade "tem que saber aceitar" a criação de uma idade mínima de aposentadoria para todos, principalmente porque hoje quem se beneficia da aposentadoria por tempo de contribuição são os trabalhadores mais ricos, que em média pedem o benefício por volta dos 54 anos. "Enquanto isso, colocamos os

trabalhadores mais vulneráveis para se aposentar aos 65 anos (aposentadoria por idade). Isso é injusto!”, disse.

Mansueto também destacou a necessidade de repensar o sistema educacional para qualificar melhor sua mão de obra.

“Se Brasil não conseguir aumentar sua produtividade, nosso crescimento tende a cair. Me preocupo menos com crescimento em 2019 e 2019 e muito mais daqui 10 ou 20 anos. O trabalhador que vai chegar no mercado de trabalho vai entrar no sistema educacional daqui a pouco. Sem reforma (no sistema educacional), estaremos sacrificando nosso crescimento daqui 20 anos”, afirmou.

Com a aprovação das reformas, o secretário disse que haverá mais dinheiro disponível para a execução de políticas públicas, inclusive para aplicar em saúde. “Vamos conseguir gastar mais em saúde se fizemos ajuste fiscal e reforma da Previdência. O novo governo vai conseguir? Espero que sim. É muito importante sair de um debate superficial e ter debate profundo com Congresso e sociedade brasileira”, disse.

Política industrial

Mansueto Almeida afirmou também que o Brasil tem condições de fazer política industrial de baixo custo e defendeu o uso de recursos de fundos setoriais para apoiar iniciativas voltadas à inovação.

Ele ressaltou que a situação fiscal do País é hoje um limitador para o uso de dinheiro do próprio Orçamento da União para implementar uma política industrial.

Ressaltou ainda que a ampliação de gastos públicos feita no passado para incentivar a indústria acabou não se mostrando eficaz. “Quando se dá crédito barato para uma empresa comprar o concorrente, isso não é política industrial, e foi isso que nós fizemos”, disse. “Várias políticas setoriais não nos levaram a ser país mais inovador.”

Para o secretário, exemplos de fundos setoriais que podem ser usados com esse objetivo são o Fundo Verde e fundos da indústria de petróleo, que já precisa aplicar um porcentual da receita que as empresas arrecadam em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Mansueto afirmou que a indústria é muito importante para o desenvolvimento de qualquer país, mesmo num momento de transição de uma economia industrial para um foco maior no setor de serviços.

Ele ressaltou ainda que os subsídios são “muitas vezes justificados”, mas lembrou que a prática internacional é incentivar políticas voltadas à inovação. “Temos que saber fazer uso melhor do dinheiro público”, comentou.

Ajuste fiscal

O secretário disse também que o Brasil precisa dar continuidade ao ajuste fiscal, medida que vai inclusive ajudar a indústria. Hoje, sem espaço no Orçamento, os investimentos devem ficar em 0,6% a 0,7% do PIB, patamar semelhante ao de dez anos atrás.

“Não há dicotomia de ajuste fiscal contra indústria, pelo contrário. O avanço no ajuste fiscal vai melhorar ambiente de negócios e ajudar indústria”, defendeu Mansueto.

O secretário voltou a apontar o excessivo engessamento do Orçamento e ressaltou que o Congresso hoje só consegue debater efetivamente a alocação de 8% do Orçamento. “e se não conseguirmos controlar crescimento da despesa obrigatória, não tem ajuste fiscal. Aí só restam duas opções, elevar carga tributária ou inflação”, alertou.

É preciso resolver Previdência atual antes de mudar para capitalização, diz Paulo Guedes

18/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 17-12-2018)

Economista defendeu que novo modelo pode permitir que o país cresça 4% a 5% ao ano

O futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta segunda (17) que o modelo previdenciário atual é "geneticamente condenado", mas precisa ser resolvido antes que o governo parta para a discussão de um modelo de capitalização no futuro.

"Tem esse avião antigo que é essa Previdência que já quase quebrou antes da população envelhecer. Eu defendi abertamente que o primeiro passo seria tentar colocar esse avião para voar de novo, pelo menos três ou quatro mandatos, antes de descer novamente", afirmou, em palestra para empresários no Rio.

Ele não deu detalhes de como será o processo de reforma, dizendo que o governo de transição ainda está "fazendo o dever de casa" à espera da posse do novo Congresso, em fevereiro. Mas reforçou que a solução do sistema atual não garante sustentabilidade no futuro.



Economista Paulo Guedes, futuro ministro do governo Bolsonaro - Sergio Moraes/Reuters

"Para gerar um emprego, ele destrói outro. Então eu tenho 40 milhões de carteiras assinadas e 46 milhões sem carteira assinada. Que diabo de sistema é esse que você coloca um imposto que destrói um emprego para garantir o benefício para outro trabalhador?", questionou.

Guedes defendeu que um novo modelo de capitalização significa a "libertação" de empresas e trabalhadores e pode permitir que o país cresça 4% a 5% ao ano.

"Vamos tentar acertar esse [modelo] que está aí e depois a gente aprofunda na libertação das gerações posteriores, democratiza o ato de poupança, liberta as empresas dos encargos trabalhistas, vai ser um choque de geração de emprego", afirmou.

A reforma da Previdência é uma das prioridades do novo governo, ao lado de privatizações e reforma do Estado, afirmou o futuro ministro. "Precisamos corrigir a hipertrofia do governo federal", comentou ele, após criticar a centralização dos recursos e de atribuições na União, em detrimento de estados e municípios.

Para isso, ele pediu ajuda de empresários e políticos - na plateia estavam o governador eleito do Rio, Wilson Witzel, e o prefeito da capital, Marcelo Crivella. "Esse dinheiro tem que desce [para estados e municípios] mas para descer tem que ter ajuda", disse.

CESSÃO ONEROSA

Guedes usou como exemplo as votações para aprovar o megaleilão de petróleo do pré-sal, paradas no Congresso. O governo Bolsonaro chegou a propor a distribuição

dos recursos com estados e municípios em troca de aprovação da proposta, mas não conseguiu acordo com a área econômica do governo Temer.

A proposta será colocada na mesa novamente após a posse de Bolsonaro, também com a distribuição dos recursos com outros entes federativos. O leilão envolve reservas já descobertas pela Petrobras e tem potencial de arrecadar até R\$ 100 bilhões, segundo cálculos do governo.

A negociação com bancadas específicas ao invés de acordos com partidos vem sendo a estratégia principal do presidente eleito para compor seu governo e será testada nas relações com o Congresso.

Reforma da Previdência é o que está faltando para estimular a confiança, diz Itaú

18/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 17-12-2018)

Banco projeta crescimento de 2,5% para o PIB do Brasil em 2019

O presidente do Itaú BBA, Eduardo Vassimon, disse nesta segunda-feira (17) que está otimista com a aprovação da reforma da Previdência em 2019. Ele disse acreditar que o ajuste fiscal é o que está faltando para elevar a confiança e estimular a economia.

“A equipe do novo governo vem demonstrando compromisso com a reforma e a população está mais consciente da necessidade do ajuste das contas”, justificou Vassimon, ao ser questionado sobre os motivos do otimismo.

O executivo, que também ocupa o cargo de diretor-geral de atacado do Itaú Unibanco, vai se aposentar no início do ano que vem. Ele será substituído por Caio Ibrahim David, vice-presidente de controle de riscos e finanças do Itaú BBA.



Eduardo Vassimon, presidente do Itaú BBA - Bruno Poletti/Folhapress

Para David, que também participou do encontro de fim de ano do Itaú com a imprensa, a economia brasileira está bem mais saudável, após uma longa recessão. “Temos inflação controlada, juros baixos, nível reduzido de alavancagem das empresas. O que permanece é a preocupação com o ajuste fiscal”, afirmou.

O Itaú Unibanco projeta crescimento de 2,5% para o PIB do Brasil em 2019, um pouco acima dos 2% estimados para a América Latina e abaixo dos 3,5% da média global. O banco também espera inflação controlada em 3,8% e a Selic estável em 6,5%.

Segundo Vassimon, a recuperação da economia já pode ser percebida na demanda por crédito das pequenas e médias empresas (o chamado middle market), que cresceu 17% de janeiro a setembro de 2018 em relação a igual período do ano anterior. Ele explica que aumentou a necessidade de capital de giro dessas companhias a medida que o consumo subiu.

Já o crédito para grandes empresas caiu 11% no mesmo período. Neste segmento, as companhias costumam tomar crédito para fazer investimentos, que permaneceram

travados neste ano a espera das eleições presidenciais, que aconteceram no fim de outubro.

Os executivos do Itaú ponderam, contudo, que seu otimismo com a aprovação das reformas é moderado e que ainda não aceleraram a concessão de crédito. Se a reforma da Previdência não for aprovada, o banco acredita que não será possível para o governo brasileiro cumprir a legislação que congela os gastos do setor público (teto de gastos) a partir de 2020.

'Fatiar Previdência pode dissipar pressão', diz consultor do Senado

18/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 17-12-2018)

A aprovação no Congresso de pautas com apelo entre os eleitores do futuro presidente Jair Bolsonaro, como as questões de segurança pública, pode ajudar a “legitimar” e a angariar apoio para a impopular reforma da Previdência, avalia o consultor do Senado Pedro Nery.

Ele foi um dos principais defensores, fora do governo, da reforma de Michel Temer e integrou, recentemente, o grupo que formulou uma proposta de reforma sob coordenação do ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga e de Paulo Tafner. Para Nery, o fatiamento da proposta pode contribuir para dissipar a pressão de diferentes categorias contra a aprovação.

Qual é o cenário para a reforma da Previdência, uma vez que o governo está titubeante em relação à proposta?

De fato há um histórico do presidente eleito e de parte de seus auxiliares de terem sido contra a reforma, mas acho também que estamos chegando num momento em que não tem mais como empurrar com a barriga. A presença do ministro Paulo Guedes, que coloca a reforma como prioridade, é sinal de que ela pode ser bem encaminhada. Da eleição para cá, a incerteza em relação ao tema se dissipou um pouco.

Ainda não se sabe, por exemplo, se será uma proposta de emenda à Constituição (PEC), que exige aprovação por três quintos da Câmara e do Senado. Qual seria o melhor caminho?

Essa é uma avaliação da ala política, porque existem várias opções. Uma opção é desde já aproveitar a proposta do presidente Michel Temer e deixar para o futuro outras alterações que não constem nela.

Na verdade, a proposta é hoje menos uma proposta de Temer e mais uma proposta da Câmara, até porque passou por diversas modificações conforme o relatório do deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA). E existe a possibilidade de sair do zero e propor uma reforma mais ampla. No fim das contas, é uma avaliação política que o governo vai fazer.

O sr. acha que a resistência política, inclusive do futuro ministro Onyx Lorenzoni (que foi contrário à reforma na comissão especial), já se dissipou?

Não sei. Acho que o convencimento existe especialmente por parte do ministro da Economia, mas o ministro Onyx se cercou de auxiliares que, embora tenham sido contrários à proposta de Temer, defendem alguma reforma da Previdência. Então acho que, de fato, essa é uma questão essencial, porque antes da discussão no Legislativo existe um debate político que vai se dar dentro do próprio Executivo, dentro dessa oposição histórica que a gente tem no Brasil entre Fazenda e Casa Civil.

Onyx já disse que o governo tem quatro anos para fazer reforma.

Acho que parte do mercado tem preferido ficar com a máxima de Guedes, de que Onyx é um político falando de economia. A leitura que tem prevalecido é a de que ele eventualmente vai se alinhar a Guedes. Mas de fato é preocupante: não temos quatro anos para esperar a reforma. Daqui quatro anos, se nada for feito, a dívida do governo

em relação ao PIB vai a 100%. Vamos ter colapso do Estado, das políticas públicas, os Estados vão quebrar, a economia não vai crescer porque vai ter uma dificuldade de confiança e de retorno do investimento muito grande.

Quando Temer enviou a proposta há dois anos, a reforma já era tida como urgente. Qual é o diagnóstico hoje?

Embora a proposta não tenha sido aprovada, houve um ganho importante, o governo conseguiu colocar o tema no centro do debate e ganhar apoio. É claro que o ideal é que ela já tivesse sido aprovada, mas não foi. É uma questão realmente importante, porque ainda existe dificuldade de explicar para o cidadão comum e atores importantes da opinião pública que a recuperação da economia depende da reforma da Previdência.

O fatiamento da reforma pode delimitar os focos de pressão?

Isso consta da proposta do Arminio Fraga e do Paulo Tafner, que seria composta por cinco proposições. Uma PEC desconstitucionalizando os parâmetros e outros cinco projetos de lei complementar. Um relativo ao INSS, de servidores, Forças Armadas e mais um para policiais e bombeiros militares. Cinco proposições, potencialmente com cinco relatores.

Mas dependeria da evolução do cenário político. Por um lado, tem a vantagem de exigir quórum menor (para aprovar uma PEC são necessários três quintos da Câmara e do Senado; para um projeto, basta maioria simples) e ter uma tramitação mais rápida.

Outra vantagem é minimizar em cada votação a resistência de grupos de interesse, porque dissipa uma coalizão que em determinado momento poderia juntar policiais, servidores. No melhor estilo 'dividir para conquistar'. Por outro lado, o fatiamento exige uma quantidade maior de votações.

Outros assuntos estão sendo colocados pelo governo para serem debatidos no Congresso. Isso não pode tumultuar o meio de campo?

Talvez, mas existe também a visão de que, se o governo conseguir pautar outros assuntos que são caros à sua base eleitoral, ele pode também conseguir mais apoio às propostas impopulares.

Então, essas questões de segurança pública, talvez redução da maioria penal, desarmamento, que são caras a quem votou no novo governo, embora consumam tempo e energia da pauta do governo nesse início, poderiam de certa forma legitimar também o ajuste que é mais difícil, incompreendido e impopular.

Brasil hoje está numa fase de transformação, está se 'redesenhando', diz Guedes

18/12/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 17-12-2018)

Para o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, o Brasil hoje está numa fase de transformação, está se "redesenhando", e algumas mudanças são "irreversíveis". "Se a descentralização das concessões for interessante, vamos descentralizar", afirmou, em encontro com industriais na sede da Firjan.

Ao iniciar sua palestra, Guedes afirmou que ainda há empresários que esperam pelo protecionistas do governo, assim como acontece com sindicalistas. Em sua opinião, "o Brasil é um País rico, virou o paraíso de burocratas, de piratas privados, em vez de ser o País do crescimento econômico".

Porém, alguns empresários e políticos, como o presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvea Vieira, e o governador eleito do Rio, Wilson Witzel, têm uma visão de aliança com o governo federal, elogiada pelo futuro ministro. "É o pacto federativo, o novo eixo de governabilidade. Acabou o toma-lá-dá-cá", disse.

Governabilidade

Guedes disse que a "governabilidade não será como antes". O primeiro grande eixo político será temático, já que "as bancadas temáticas representam valores básicos da sociedade".

Além disso, destacou a vontade do novo governo de transferir renda da União para Estados e municípios, para recompor a federação. "Queremos recompor o federalismo, descentralizar o Estado", disse Guedes, acrescentando que a classe política também vai se reinventar. "(Políticos regionais) têm que ajudar a corrigir a hipertrofia do governo federal", afirmou.

Gasto público

Na avaliação de Guedes, o Brasil se transformou numa "enorme agência de transferência de renda, ao responder por quase metade do Produto Interno Bruto (PIB) ao fim do governo de Dilma Rousseff. A visão do novo ministro é que "há um responsável pela zoeira total: o gasto público sem controle" e que a Previdência é uma fábrica de desigualdade.

"Os gastos são tão altos que impostos tiveram que subir, os juros estão altos. Tivemos história difícil em economia. Hoje sabemos que temos que ter um Banco Central de olho na inflação. Quando o câmbio explodiu, com a tentativa de reeleição do FHC, aprendemos a flutuar câmbio", afirmou.

Cessão onerosa

Guedes afirmou que Estados e municípios devem apoiar as reformas do Estado. "Se não apoiar vai lá pagar sua folha. Como ajudar quem não está me ajudando? Quero que dinheiro vá para Estados e municípios, mas me dê reforma primeiro", afirmou Guedes no evento.

Ele destacou que, no ano que vem, os governos vão ter dinheiro com o leilão de áreas de pré-sal excedentes da cessão onerosa. Para que o leilão aconteça, no entanto, espera contar com a ajuda das bancadas regionais no Congresso. "Vai ter dinheiro para todo mundo no ano que vem com cessão onerosa, se Estados e municípios me ajudarem", disse.

Faca

As críticas atingiram também os empresários que compõem a plateia para a qual o futuro ministro falava. "Tem que meter a faca no Sistema S também. Estão achando que a CUT perde o sindicato, mas aqui fica tudo igual? Como vamos pedir sacrifício para os outros e não contribuir com o nosso?", afirmou Guedes, acrescentando que os empresários parceiros sofrerão menos cortes que os demais. "Se tiver a visão parceira do Eduardo Eugênio corta 30%, se não tiver, corta 50%", acrescentou.

Guedes reiterou a necessidade de formar um pacto federativo envolvendo políticos das esferas estaduais e municipais. "Estamos prontos para ajudar. Acabou o toma-lá-dá-cá. Vamos fazer bonito", disse.

Mídia

Guedes voltou a refutar a ideia de que o futuro governo Jair Bolsonaro possa representar ameaça à democracia. Segundo o economista, os poderes da democracia estão funcionando e há liberdade de imprensa. "Vamos criar uma nova história, os poderes são independentes, tem um quarto poder importante, que é a mídia", afirmou Guedes.

Guedes ponderou, no entanto, que a imprensa "não entendeu" o fenômeno político da eleição de Bolsonaro.

IGP-M recua 1,15% na 2ª prévia de dezembro com queda dos preços no varejo e atacado, diz FGV

18/12/2018 – Fonte: DCI

Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no índice geral, teve na segunda prévia de dezembro queda de 0,05%

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) teve queda de 1,15 por cento na segunda prévia de dezembro, contra recuo de 0,35 por cento no mesmo período do mês anterior, diante de uma queda mais intensa dos preços no atacado e da deflação no varejo.

Os dados divulgados nesta segunda-feira pela Fundação Getulio Vargas (FGV) mostraram que o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60 por cento do índice geral e apura a variação dos preços no atacado, registrou na segunda prévia do mês um recuo de 1,74 por cento, depois de queda de 0,62 por cento na segunda leitura de novembro.

No IPA, os Bens Intermediários apresentaram um declínio de 2,74 por cento, depois de um recuo de 0,27 por cento em novembro. O destaque ficou com o subgrupo materiais e componentes para manufatura, que passou a recuar 2,48 por cento, ante avanço de 0,57 por cento no levantamento anterior.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30 por cento no índice geral, teve na segunda prévia de dezembro queda de 0,05 por cento, depois de avançar 0,11 por cento no mês anterior.

O levantamento mostrou que a principal contribuição partiu do grupo Transportes, que recuou 1,09 por cento, depois de um avanço de 0,15 por cento antes.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por sua vez, desacelerou alta a 0,10 por cento no período, ante avanço de 0,28 por cento antes.

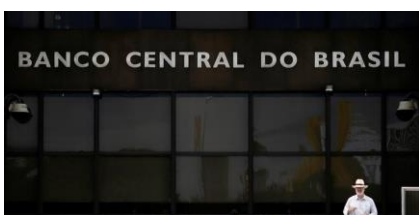
O IGP-M é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de aluguel de imóveis.

A segunda prévia do IGP-M calculou as variações de preços no período entre os dias 21 do mês anterior e 10 do mês de referência.

BC indica inflação confortável e assimetria menos intensa em balanço de riscos, segundo ata do Copom

18/12/2018 – Fonte: DCI

Em pesquisa Reuters, todos os 35 economistas consultados já esperavam a manutenção da Selic neste patamar



O Banco Central vê medidas de inflação subjacente em níveis confortáveis, também ressaltando que a assimetria do seu balanço de riscos está menos intensa, segundo ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada nesta terça-feira. "Os membros do Copom discutiram a queda das projeções recentes para a inflação e os níveis de diversas medidas de inflação subjacente. Avaliaram que essas encontram-se em níveis

apropriados ou confortáveis e que as projeções indicam convergência da inflação em direção às metas ao longo de 2019 e 2020", afirmou o BC no documento divulgado nesta terça-feira.

Na semana passada, o BC manteve a taxa de juros no seu piso histórico de 6,5 por cento, conforme amplamente esperado pelo mercado, e indicou que vê um quadro mais benigno para a inflação, retirando qualquer menção a uma eventual alta dos juros à frente.

Em pesquisa Reuters, todos os 35 economistas consultados já esperavam a manutenção da Selic neste patamar, o que ocorreu pela sexta reunião consecutiva do Copom.

Dólar cai com intervenção do BC e fecha abaixo de R\$ 3,90; Bolsa também recua

18/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 17-12-2018)

Exterior ditou queda da Bolsa com investidores esperando reunião do Fed

O dólar recuou nesta segunda-feira (17) em linha com o exterior, refletindo expectativa sobre a taxa de juros dos Estados Unidos e também a intervenção do Banco Central no mercado local. A Bolsa brasileira também recuou.

A moeda americana cedeu 0,28%, cotada a R\$ 3,8940. De uma cesta de 24 divisas emergentes, 17 se valorizaram ante o dólar nesta segunda.

"Até quarta-feira o mercado vai esperar o Fed", resumiu o diretor de câmbio da Ourominas, Mauriciano Cavalcante. "Depois, pode haver espaço para o dólar realizar", acrescentou.

Na quarta-feira, o banco central dos EUA deve elevar a taxa de juros, mas o mercado quer saber o que dirá o comunicado e também o presidente do Fed, Jerome Powell, depois de recentemente os membros da autoridade monetária terem sinalizado que os juros do país já estariam perto do nível neutro.

Há preocupação com a desaceleração econômica global, sobretudo após a guerra comercial entre Estados Unidos e China, que já impactou os indicadores da segunda maior economia mundial.

Nesta segunda-feira, o presidente Donald Trump voltou a criticar a ação do Fed sobre os juros, defendendo juros mais baixos para apoiar a economia dos EUA de forma mais ampla.

Seu discurso foi reforçado pela fala do assessor de comércio da Casa Branca, Peter Navarro, para quem a taxa não deveria subir porque a economia "está crescendo sem inflação".

Em boa parte da sessão, o dólar operou em alta ante o real, com o volume mais baixo ajudando a içar a moeda mesmo com a atuação do Banco Central no mercado cambial. O Banco Central fez mais um leilão de linha —venda com compromisso de recompra— nesta segunda-feira, após a moeda norte-americana ter fechado na casa de R\$ 3,90 na sexta-feira. Vendeu integralmente a oferta de US\$ 1 bilhão.

O fluxo de saída de recursos é comum no final do ano, quando muitas empresas remetem lucros e dividendos ao exterior, e já levou o BC a realizar quatro leilões novos de linha desde o final de novembro —o desta segunda-feira é o quinto—, além de promover a rolagem dos contratos que venciam no início deste mês.

Já a Bolsa brasileira recuou mais de 1% nesta segunda, em linha com o dia mais negativo no exterior. As Bolsas americanas perdiam ao redor de 2% perto do fechamento do pregão.

O Ibovespa, índice das ações mais negociadas, cedeu 1,20%, a 86.399 pontos. O volume financeiro da sessão somou R\$ 17,85 bilhões, ampliado pelo exercício de opções sobre ações, que movimentou R\$ 6,1 bilhões.

No Brasil, os fortes ganhos verificados em 2018 abrem espaço para movimentos de realização de lucros, tendo como pano de fundo também alguma precaução com o novo governo que assume o país sob o comando do presidente eleito Jair Bolsonaro.

"Investidores estão sem novo motivo para manter as compras nesse final de ano e alguns começam a desmontar posições ou realizar os lucros - hoje especialmente em papéis de bancos", avaliou o analista Régis Chinchila, da Terra Investimentos.

As perdas foram lideradas pelas perdas no setor bancário. Na contramão, a [Embraer](#) fechou a sessão com valorização de 2,50%, reflexo do anúncio de acordo final para a venda de 80% da companhia à americana Boeing. O valor da operação, anunciada há um ano, foi elevado.

IPC-Fipe sobe 0,05% na 2ª quadrissesmana de dezembro

18/12/2018 – Fonte: DCI

Na segunda leitura de dezembro, seis dos sete componentes do IPC-Fipe caíram com maior intensidade ou avançaram com menos força



O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,05% na segunda quadrissesmana de dezembro, desacelerando em relação à alta de 0,15% observada na primeira quadrissesmana deste mês, segundo dados publicados hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na segunda leitura de dezembro, seis dos sete componentes do IPC-Fipe caíram com maior intensidade ou avançaram com menos força. Foi o caso de Habitação (de -0,17% na primeira quadrissesmana para -0,33% na segunda quadrissesmana), Alimentação (de 0,27% para 0,26%), Transportes (de -0,76 para -0,93%), Saúde (de 0,86% para 0,79%) e Vestuário (de 0,15% para 0,14%).

A exceção foi o item Educação, com aumento de 0,08% na segunda prévia de dezembro, um pouco maior que o acréscimo de 0,06% da primeira quadrissesmana. Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na segunda quadrissesmana de dezembro:

- **Habitação: -0,33%**
- **Alimentação: 0,26%**
- **Transportes: -0,93%**
- **Despesas Pessoais: 1,23%**
- **Saúde: 0,79%**
- **Vestuário: 0,14%**
- **Educação: 0,08%**
- **Índice Geral: 0,05%**

Ata: projeção para IPCA 2019 no cenário de mercado é de 3,9%, como no comunicado

18/12/2018 – Fonte: Tribuna PR

A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, divulgada nesta terça-feira, 18, indicou que a projeção para o IPCA de 2018 no cenário de mercado está em 3,7%. Já a projeção para 2019 é de 3,9% e, para 2020, de 3,6%.

Estes são os mesmos valores citados no comunicado que acompanhou a decisão do colegiado na semana passada, quando a Selic (a taxa básica de juros) foi mantida em 6,50% ao ano pela sexta vez consecutiva. O cenário de mercado utiliza como referência as projeções do Relatório de Mercado Focus para a Selic e o câmbio.

Na ata do encontro anterior do Copom, ocorrido no fim de outubro, as projeções do cenário de mercado estavam em 4,4% para 2018, 4,2% para 2019 e 3,7% para 2020.

Cenário de referência

Na ata agora publicada, o BC indicou ainda que a projeção para o IPCA de 2018 no cenário de referência está em 3,7%. A projeção para 2019 é de 4,0% e, para 2020, também de 4,0%. Estes também são os mesmos valores citados no comunicado que acompanhou a decisão do colegiado na semana passada.

O Banco Central formulou seu cenário de referência tendo como base a Selic constante em 6,50% ao ano e uma taxa de câmbio de R\$ 3,85. Este valor para o câmbio teve como base a cotação média para a moeda americana observada nos cinco dias úteis encerrados na sexta-feira anterior à reunião do Copom (dia 7 de dezembro).

Na ata do encontro de outubro, as projeções do cenário de referência estavam em 4,4% para 2018, 4,2% para 2019 e 4,1% para 2020.

O centro da meta de inflação perseguida pela instituição este ano é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (inflação entre 3,0% e 6,0%). No caso de 2019, o centro da meta é de 4,25%, com margem de 1,5 ponto (taxa de 2,75% a 5,75%). Já para 2020 é de 4,0%, com margem de 1,5 ponto (de 2,5% a 5,5%).

No Relatório de Mercado Focus publicado nesta segunda-feira, 17, as instituições financeiras projetaram inflação de 3,71% em 2018, 4,07% em 2019 e 4,00% em 2020.

IGP-M recua 1,15% na 2ª prévia de dezembro com queda dos preços no varejo e atacado, diz FGV

18/12/2018 – Fonte: DCI

Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no índice geral, teve na segunda prévia de dezembro queda de 0,05%



IGP-M é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de aluguel de imóveis

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) teve queda de 1,15 por cento na segunda prévia de dezembro, contra recuo de 0,35 por cento no mesmo período do mês

anterior, diante de uma queda mais intensa dos preços no atacado e da deflação no varejo.

Os dados divulgados nesta segunda-feira pela Fundação Getulio Vargas (FGV) mostraram que o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que responde por 60 por cento do índice geral e apura a variação dos preços no atacado, registrou na segunda prévia do mês um recuo de 1,74 por cento, depois de queda de 0,62 por cento na segunda leitura de novembro.

No IPA, os Bens Intermediários apresentaram um declínio de 2,74 por cento, depois de um recuo de 0,27 por cento em novembro. O destaque ficou com o subgrupo materiais e componentes para manufatura, que passou a recuar 2,48 por cento, ante avanço de 0,57 por cento no levantamento anterior.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30 por cento no índice geral, teve na segunda prévia de dezembro queda de 0,05 por cento, depois de avançar 0,11 por cento no mês anterior.

O levantamento mostrou que a principal contribuição partiu do grupo Transportes, que recuou 1,09 por cento, depois de um avanço de 0,15 por cento antes.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), por sua vez, desacelerou alta a 0,10 por cento no período, ante avanço de 0,28 por cento antes.

O IGP-M é utilizado como referência para a correção de valores de contratos, como os de aluguel de imóveis.

A segunda prévia do IGP-M calculou as variações de preços no período entre os dias 21 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Justiça retira CNH e passaporte de devedor para forçá-lo a quitar pagamento

18/12/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Ação original teve início em Santos e dívida atualmente passa dos R\$ 120 mil

A Terceira Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) manteve decisão do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) e permitiu o bloqueio do passaporte e da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de um credor até que ele apresente alguma indicação de que pagará a dívida.

A ministra Nancy Andrichi, relatora do caso, considerou que não havia ilegalidade na decisão do tribunal paulista e classificou como possível tomar a medida para forçar, ainda que indiretamente, o pagamento voluntário do débito.



Versão da carteira de habilitação para celulares e tablets - Reprodução

O devedor apresentou um habeas corpus, medida também considerada inadequada para o tipo de determinação. A relatora disse que o pedido deve ser apresentado em casos nos quais há "presença de direta e imediata ofensa à liberdade de locomoção da

pessoa". No STJ, os ministros consideraram, no entanto, que se o devedor apresentar uma sugestão alternativa de pagamento da dívida, o bloqueio será suspenso.

A ação original teve início em Santos, onde um processo discutia o pagamento de parcelas de arrendamento de um imóvel. O valor inicial da causa estava fixado em R\$ 54 mil, segundo o sistema de acompanhamento de processos do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), em 2008, quando o processo teve início.

No cumprimento da sentença, iniciado em 2012, estava em R\$ 120.528,94. A possibilidade de solicitar a apreensão de documentos que permitiriam a fuga de devedores vem [avançando no Judiciário](#), mas ainda não chegou ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Hyundai vai investir US\$ 6,7 bilhões em célula de combustível

18/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 17-12-2018)

Ao lado dos fornecedores a companhia pretende acelerar a produção de carros com a tecnologia

A **Hyundai** planeja aplicar US\$ 6,7 bilhões até 2030 em parceria com seus fornecedores para elevar a produção de células de combustível. A tecnologia será uma das apostas da montadora quando se trata do desenvolvimento de soluções de propulsão alternativa para seus veículos. A iniciativa deve aumentar a capacidade produtiva dos atuais 3 mil conjuntos por ano para 700 mil unidades nos próximos 12 anos.

Para dar conta do aumento da produção, a Hyundai e sua cadeia produtiva devem contratar 51 mil pessoas. Até que o projeto da companhia coreana avance, a japonesa Toyota se destaca como a marca que mais investe na tecnologia, que tem como produto da combustão apenas vapor de água.

O plano da Hyundai é desbancar a concorrente já a partir de 2019, quando pretende vender 4 mil carros a célula de combustível. Até 2022 a empresa planeja instalar rede com 310 postos de recarga de hidrogênio na Coreia do Sul.

Da capacidade produtiva da tecnologia que a empresa terá, potencial de 500 mil conjuntos serão destinados a carros de passageiro e veículos comerciais. Parcela de 200 mil unidades por ano devem atender a demanda de outras indústrias, como a de drones e a naval.

Consórcios crescem 8% com 1,8 milhão de novas cotas

18/12/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 17-12-2018)



Modalidade supera 6 milhões de participantes ativos, a maioria em automóveis e comerciais leves

A venda de **novas cotas** de **consórcio** de janeiro a outubro somou 1,8 milhão de unidades e cresceu 8% sobre o mesmo período do ano passado. A modalidade superou no período os 6 milhões de participantes ativos, aqueles que continuam pagando suas parcelas, mesmo sem ser contemplados. Destes, 3,6 milhões são cotistas de automóveis e comerciais leves.

Nos leves, a venda de novas cotas até outubro somou 944 mil unidades, o maior volume entre todos os segmentos de veículos, mas registrou pequeno crescimento de 1,3% sobre igual período do ano passado. Os números foram divulgados pela Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio (Abac).

A modalidade consórcio continua acelerada nas motocicletas. Em outubro, a venda de novas cotas do segmento atingiu 94 mil unidades, o melhor resultado do ano. No acumulado de 2018 foram 828,2 mil novas cotas, 15,8% a mais que nos mesmos dez meses do ano passado.

De acordo com a Abraciclo, entidade que reúne os fabricantes de motos e bicicletas, o consórcio respondeu por 27,1% das vendas de motos até novembro de 2018. Com a ajuda da modalidade e da recuperação do crédito, a venda de motocicletas terá em 2018 o primeiro ano de crescimento após seis quedas consecutivas. Ainda de acordo com a Abraciclo, as montadoras trabalharam este ano para divulgar o consórcio entre os consumidores mais jovens, já que muitos ainda não conhecem vantagens da modalidade.

COTAS PARA PESADOS CRESCEM 23,2%

Até outubro as administradoras de consórcio venderam 57,3 mil novas cotas para veículos pesados. Esse volume ficou 23,2% acima da comparação interanual. As contemplações, ou cartas de crédito emitidas, somaram no período 27,8 mil unidades e anotaram crescimento de 11% sobre iguais meses do ano passado.

Segundo a Abac, os caminhões respondem por cerca de dois terços do consórcio de pesados. Sendo assim, do total de contemplações, mais de 18 mil se referem aos caminhões. Esse número equivale a cerca de 30% dos caminhões zero-quilômetro emplacados de janeiro a outubro deste ano.